



Universidade
Estadual da
Paraíba



PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA E MULTIDISCIPLINAR



RESIDENTE JURÍDICO

EXAME GRAFOTÉCNICO:

(Transcreva a frase abaixo no local indicado na sua Folha de Respostas)

**A injustiça em qualquer lugar é uma ameaça
à justiça por toda parte.**

INSTRUÇÕES:

1. Verifique se este caderno de prova contém 50 (cinquenta) questões de múltipla escolha, sendo Direito Constitucional de 1 a 10, Direito Civil de 11 a 20, Direito Processual Civil de 21 a 30, Direito Penal de 31 a 40 e Direito Processual Penal de 41 a 50.
2. Observe se há falhas ou imperfeições gráficas que causem dúvidas. Caso existam, comunique imediatamente ao Fiscal de Sala.
3. Confira seus dados na Folha de Respostas com os dados do Cartão de Inscrição.
4. Esta Prova tem duração de 4 (quatro) horas. Não é permitida a saída do candidato antes de transcorridas 2 (duas) horas completas, sob pena de eliminação.
5. É vedado, durante a prova, o intercâmbio ou empréstimo de material de qualquer natureza entre os candidatos, bem como o uso de celulares, calculadoras e/ou qualquer outro tipo de equipamento eletrônico. A fraude, ou tentativa, a indisciplina e o desrespeito às autoridades encarregadas dos trabalhos são faltas que eliminam o candidato.
6. Certifique-se de que assinou a lista de presença e que preencheu adequadamente todos os espaços da Folha de Respostas.
7. Ao finalizar a prova, entregue ao fiscal o Caderno de Prova e a Folha de Respostas, sob pena de eliminação.

DIREITO CONSTITUCIONAL

1ª QUESTÃO

A dignidade da pessoa humana, um dos fundamentos da República Federativa do Brasil, é objeto de debate judicial e orienta decisões judiciais nos mais variados ramos do Direito. À luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, analise os itens a seguir.

- I- A cláusula da reserva do possível encontra insuperável limitação na garantia constitucional do mínimo existencial, que representa emanção direta do postulado da dignidade da pessoa humana.
- II- A falta de estabelecimento penal adequado autoriza a manutenção do condenado em regime prisional mais gravoso.
- III- O direito ao nome não se insere no conceito de dignidade da pessoa humana, mas traduz a identidade, a origem da ancestralidade e o reconhecimento da família.
- IV- O preceito fundamental da liberdade de expressão não pode se constituir em salvaguarda de condutas ilícitas, prevalecendo o princípio da dignidade da pessoa humana.

É CORRETO o que se afirma apenas em:

- a) I, II e III.
- b) I e IV.
- c) I, III e IV.
- d) II e III.
- e) II e IV.

2ª QUESTÃO

É sabido que “os magistrados enquadram-se na espécie agente político, investidos para o exercício de atribuições constitucionais, sendo dotados de plena liberdade funcional no desempenho de suas funções, com prerrogativas próprias e legislação específica” (Brasil, 2018, p. 985).

Fonte: Brasil. Supremo Tribunal Federal (STF). A Constituição e o Supremo. 6. ed. atual. até a EC 99/2017. Brasília: STF, Secretaria de Documentação, 2018. Disponível em https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/publicacaoLegislacaoAnotada/anexo/a_constituicao_e_o_supremo_6a_edicao.pdf. Acessado em: 24/06/2026

Sobre as garantias e vedações da magistratura, considerando as disposições constitucionais e os julgados do Supremo Tribunal Federal, é CORRETO afirmar que:

- a) qualquer restrição às garantias da inamovibilidade e da vitaliciedade exige a promulgação de lei em sentido formal e material, sob pena de flagrante ofensa ao princípio da legalidade e ao devido processo legal.
- b) a vitaliciedade é garantia inerente à pessoa do magistrado, motivo pelo qual os inativos mantêm o foro especial por prerrogativa de função e não é transferida a competência para processamento e julgamento de eventual ilícito penal para o primeiro grau de jurisdição.
- c) a inamovibilidade garante que o magistrado, considerado esse apenas o juiz titular, só poderá ser removido por designação, para responder por determinada vara ou comarca ou para prestar auxílio, com o seu consentimento, ou, ainda, se o interesse público o exigir.
- d) não se impõe ao juiz de paz a vedação de receber, a qualquer título ou pretexto, custas ou participação em processo, visto que a justiça de paz, por seu caráter eletivo, não integra a magistratura.
- e) aos juízes é vedado exercer a advocacia no juízo ou tribunal do qual se afastou, antes de decorridos cinco anos do afastamento do cargo para aposentadoria ou exoneração.

3ª QUESTÃO

José Afonso da Silva, ao tratar dos remédios constitucionais em seu Curso de Direito Constitucional Positivo, afirma que eles “são garantias constitucionais na medida em que são instrumentos destinados a assegurar o gozo de direitos violados ou em vias de ser violados ou simplesmente não atendidos” (2005, p. 442).

Fonte: SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 25. ed. rev. e atual. São Paulo: Malheiros, 2005.

À luz da Constituição Federal, analise os itens a seguir.

- I- Compete ao Tribunal de Justiça da Paraíba processar e julgar o *Habeas Corpus* quando o sujeito que sofrer, ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção por ilegalidade ou abuso de poder, for o Governador do Estado da Paraíba.
- II- É gratuita a ação de *Habeas Data*, remédio constitucional destinado à retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo.
- III- Conceder-se-á Mandado de Injunção sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.
- IV- Qualquer cidadão é parte legítima para propor Ação Popular que vise anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, sendo o autor isento de custas judiciais e de ônus da sucumbência apenas se agir de boa fé.

É CORRETO o que se afirma apenas em:

- a) II e III.
- b) I e IV.
- c) I, III e IV.
- d) II, III e IV.
- e) I e II.

4ª QUESTÃO

A respeito do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), é CORRETO afirmar que:

- a) a este Conselho cabe receber e conhecer das reclamações contra membros ou órgãos do Poder Judiciário, inclusive contra seus serviços auxiliares, preterindo a competência disciplinar e correicional dos tribunais.
- b) o CNJ deve elaborar relatório estatístico anual sobre processos e sentenças prolatadas, por unidade da Federação, nos diferentes órgãos do Poder Judiciário.
- c) é papel do CNJ zelar pela autonomia do Poder Judiciário e pelo cumprimento do Estatuto da Magistratura, sendo-lhe permitido recomendar providências, mas não expedir atos regulamentares.
- d) cabe a este órgão rever, ainda que de ofício, os processos disciplinares de juízos e membros de tribunais julgados há menos de um ano.
- e) o CNJ, no exercício do controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário, deve zelar pela observância do art. 37 da Constituição Federal e apreciar a legalidade dos atos administrativos, podendo desconstituí-los, revê-los ou fixar prazo para que se adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, sustando-se os procedimentos perante o Tribunal de Contas da União.

5ª QUESTÃO

Segundo nossa Carta Magna, “conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício do Poder Público” (CF88, Art. 5º, LXIX). Sobre a garantia em questão, considerando-se as disposições constitucionais e os julgados do Supremo Tribunal Federal, analise os itens a seguir.

- I- A entidade de classe tem legitimação para o Mandado de Segurança ainda quando a pretensão veiculada interesse apenas a uma parte da respectiva categoria.
- II- É inconstitucional lei que fixa o prazo de decadência para a impetração de Mandado de Segurança.
- III- Partido político com representação no Congresso Nacional pode impetrar Mandado de Segurança Coletivo.
- IV- Controvérsia sobre matéria de direito impede concessão de Mandado de Segurança.

É CORRETO o que se afirma em:

- a) II e IV, apenas.
- b) I, II e III, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) I, II, III e IV.
- e) IV, apenas.

6ª QUESTÃO

Um dos mecanismos de uniformização da jurisprudência é a súmula vinculante, que pode ser aprovada pelo Supremo Tribunal Federal de ofício ou por provocação e que vincula os demais órgãos do Poder Judiciário e a administração pública direta e indireta, sendo, pois, de vital conhecimento pelo Poder Público. A respeito desse instrumento, assinale a alternativa que descreve CORRETAMENTE o teor de uma súmula vinculante.

- a) A garantia da irretroatividade da lei, prevista no art. 5º, XXXVI, da Constituição da República, não é invocável pela entidade estatal que a tenha editado.
- b) Viola a garantia constitucional de acesso à jurisdição a taxa judiciária calculada sem limite sobre o valor da causa.
- c) A competência constitucional do Tribunal do Júri prevalece sobre o foro por prerrogativa de função, estabelecido exclusivamente pela Constituição Estadual.
- d) É constitucional a exigência de depósito prévio como requisito de admissibilidade de ação judicial na qual se pretenda discutir a exigibilidade de crédito tributário.
- e) É inconstitucional a criação, por Constituição Estadual, de órgão de controle administrativo do Poder Judiciário do qual participem representantes de outros poderes ou entidades.

7ª QUESTÃO

A respeito dos mecanismos de uniformização de jurisprudência, analise os itens a seguir.

- I- Sem prejuízo do que vier a ser estabelecido em lei, a aprovação, revisão ou cancelamento de súmula vinculante poderá ser provocada pela Mesa da Câmara dos Deputados.
- II- No Recurso Extraordinário o recorrente deverá demonstrar a repercussão geral das questões constitucionais discutidas no caso, nos termos da lei, a fim de que o Tribunal examine a admissão do recurso, somente podendo recusá-lo pela manifestação de metade de seus membros.
- III- Do ato administrativo ou decisão judicial que contrariar a súmula aplicável ou que indevidamente a aplicar, caberá reclamação ao Supremo Tribunal Federal que, julgando-a procedente, anulará o ato administrativo ou cassará a decisão judicial reclamada, e determinará que outra seja proferida com ou sem a aplicação da súmula, conforme o caso.
- IV- A repercussão geral é presumida quando o recurso versar questão cuja repercussão já houver sido reconhecida pelo Tribunal, ou quando impugnar decisão contrária a súmula ou a jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal.

É CORRETO o que se afirma apenas em:

- a) IV.
- b) I, II e III.
- c) II e IV.
- d) I e III.
- e) I, III e IV.

8ª QUESTÃO

A respeito da eficácia, aplicabilidade e interpretação das normas constitucionais, é CORRETO afirmar que:

- a) as normas de eficácia contida (ou reduzida) têm como uma de suas características a aplicação diferida, visto que há a imposição de ação futura aos poderes públicos.
- b) é de eficácia limitada a norma que declara que o civilmente identificado não será submetido a identificação criminal, salvo nas hipóteses previstas em lei.
- c) a interpretação orientada à aplicação se torna completa quando o intérprete se satisfaz com a análise sintática do texto.
- d) é de eficácia plena a norma que declara serem brasileiros natos os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país.
- e) a interpretação sistemática é praticamente uma “carta branca”, visto que, para além do ordenamento constitucional, o intérprete busca desvendar o sentido do preceito, tomando em conta a sua finalidade determinante e os seus princípios de valor.

9ª QUESTÃO

A respeito do controle de constitucionalidade, analise os itens a seguir.

- I- O Supremo Tribunal Federal exerce, por excelência, o controle difuso de constitucionalidade quando do julgamento do recurso extraordinário, tendo os seus colegiados fracionários competência regimental para fazê-lo.
- II- O controle normativo de constitucionalidade qualifica-se como típico processo de caráter objetivo, vocacionado, exclusivamente, à defesa, em tese, da harmonia do sistema constitucional. E sua instauração tem por função instrumental viabilizar o julgamento da validade abstrata do ato estatal em face da Constituição da República.
- III- O único procedimento concentrado hábil para confrontar ato normativo municipal com norma constitucional é a Ação Direta de Inconstitucionalidade direcionada ao Tribunal de Justiça, uma vez que este órgão é o guardião da Constituição Estadual, sendo vedada a atribuição da legitimação para agir a um único órgão.
- IV- O efeito da repristinação na declaração de inconstitucionalidade em tese ocorre, segundo o Supremo Tribunal Federal, quando a norma revogadora tenha sido declarada inconstitucional, uma vez que esta, por ser inválida, não possui eficácia derogatória.

É CORRETO o que se afirma apenas em:

- a) III e IV.
- b) II e III.
- c) I e II.
- d) I, III e IV.
- e) I, II e IV.

10ª QUESTÃO

Conforme o texto constitucional, os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário são independentes e harmônicos entre si, havendo o que a doutrina denomina de freios e contrapesos. Considerando a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria, é CORRETO afirmar que:

- a) a fiscalização legislativa da ação administrativa do Poder Executivo é um dos contrapesos da Constituição Federal à separação e independência dos poderes, mas apenas a Constituição da República pode legitimar tal interferência.
- b) o poder de fiscalização legislativa da ação administrativa do Poder Executivo é outorgado aos membros das respectivas casas, independente de atuarem em representação destas.
- c) as constituições estaduais podem criar formas particulares de regulação entre os poderes a fim de aprimorar o sistema de freios e contrapesos sem prejuízo da falta de correspondência com as normas da Constituição Federal.
- d) os tribunais de contas possuem a atribuição, constitucionalmente estabelecida, de auxiliar o Legislativo no controle da execução do orçamento público e de emitir parecer final sobre as contas da administração pública, mas seu modelo heterogêneo de composição não é apto a concretizar o sistema de freios e contrapesos.
- e) o Poder Judiciário, ao determinar ao Executivo a disponibilização de medicamentos a paciente, não age em consonância com o sistema de freios e contrapesos, mas apenas exerce seu múnus constitucional.

DIREITO CIVIL

11ª QUESTÃO

Eduardo, empresário do ramo de navegação, desapareceu após a embarcação de sua propriedade naufragar em região marítima sabidamente perigosa, durante tempestade de grandes proporções. Foram encontrados destroços do navio e pertences pessoais das vítimas, mas nenhum corpo foi localizado. Encerradas sem resultado todas as diligências de localização, a instrução probatória, consistente em laudos periciais, depoimentos técnicos e informações da autoridade marítima, concluiu que as circunstâncias tornavam extremamente provável a morte de todos os que estavam a bordo. Os herdeiros de Eduardo requereram judicialmente a imediata abertura da sucessão definitiva, invocando o resultado da instrução probatória.

À luz do regime jurídico previsto no Código Civil para a morte presumida e para a ausência, assinale a alternativa CORRETA.

- a) Dispensada a decretação de ausência, a lei considera ocorrido o falecimento na data do naufrágio, sem permitir ao juiz fixar momento diverso à luz das provas produzidas nos autos.
- b) A abertura da sucessão definitiva depende sempre do esgotamento das fases da ausência, só sendo possível dez anos depois de passada em julgado a sentença de abertura da sucessão provisória.
- c) A morte presumida sem decretação de ausência é medida excepcional e pressupõe a inexistência de herdeiros conhecidos, pois, havendo sucessores habilitados, impõe-se a arrecadação dos bens do desaparecido.
- d) A declaração de morte presumida, ainda que diante de perigo de vida, exige o decurso de cinco anos ininterruptos de desaparecimento, prazo aplicável indistintamente a todas as hipóteses legais previstas no Código Civil.
- e) Esgotadas as buscas, a extrema probabilidade da morte de quem estava em perigo de vida autoriza declará-la sem decretação de ausência, devendo a sentença sempre fixar a data provável do falecimento.

12ª QUESTÃO

O Estado-membro “X” é titular de imóvel urbano que, durante décadas, foi utilizado como repartição administrativa. Após a desativação do órgão ali instalado, o bem permaneceu fechado por mais de quinze anos, até que decreto do Chefe do Poder Executivo, publicado no diário oficial, retirou-lhe expressamente a destinação ao serviço público. A Administração pretende agora aliená-lo, sustentando tratar-se de patrimônio disponível. Em ação popular, questiona-se a natureza jurídica atual do bem e a possibilidade de sua alienação, argumentando-se que a simples origem pública impediria sua disponibilidade.

Com base exclusivamente na classificação e no regime jurídico dos bens públicos previstos no Código Civil, assinale a alternativa CORRETA.

- a) Desafetado o bem, sua alienação independe de qualquer outra formalidade, podendo o imóvel ser transferido a particular por simples ato do administrador.
- b) O imóvel converte-se em bem de uso comum do povo, equiparando-se às ruas e praças, e por isso permanece inalienável enquanto não sobrevier lei específica que autorize sua transferência.
- c) A alienação é inviável porque os bens públicos são imprescritíveis, atributo que impede tanto a aquisição por usucapião quanto a transferência voluntária do domínio, qualquer que seja a categoria do bem.
- d) A natureza jurídica do bem público define-se pelo registro imobiliário, só sendo possível a alienação após averbada na matrícula a mudança de categoria.
- e) Retirada a destinação ao serviço público, o imóvel passa à categoria de bem dominical, integrando o patrimônio disponível do ente público e tornando-se alienável, observadas as exigências legais.

13ª QUESTÃO

Marina, empresária experiente, celebrou com o próprio sócio contrato de cessão de sua participação societária, depois de ele afirmar, falsamente e com base em documentos que manipulara, que a empresa acumulava passivo tributário milionário prestes a ensejar insolvência. Posteriormente, auditoria independente demonstrou que a sociedade possuía plena solvência e que os dados apresentados eram deliberadamente adulterados para induzir Marina à alienação de suas quotas por valor substancialmente inferior ao real. Proposta ação anulatória, discute-se a qualificação jurídica do vício e o regime de invalidação aplicável.

Nos termos do Código Civil, assinale a alternativa CORRETA.

- a) Configura-se dolo essencial, pois o induzimento intencional do erro foi determinante da manifestação de vontade, o que torna o negócio anulável no prazo decadencial de quatro anos.
- b) Trata-se de erro substancial quanto à qualidade essencial do objeto, pois a falsa percepção da realidade sobre a saúde financeira da sociedade basta, por si só, para viciar a vontade e anular o negócio.
- c) O negócio é nulo de pleno direito, pois a adulteração deliberada de documentos contamina a causa do contrato e o torna ilícito, configurando nulidade insanável e imprescritível.
- d) A manipulação documental caracteriza coação moral, uma vez que o temor da insolvência iminente retirou de Marina a liberdade de escolha, viciando o consentimento de forma irresistível.
- e) Entre sócios experientes prevalece o dever de diligência na apuração das informações societárias, de modo que a assimetria informacional afasta a alegação de vício de consentimento.

14ª QUESTÃO

Em 12 de fevereiro de 2014, Renato contratou, por instrumento particular, sociedade empresária especializada para a execução de serviços técnicos, com pagamento integral em parcela única, vencível em 30 de junho de 2014. O contrato continha cláusula expressa estabelecendo que eventual inadimplemento caracterizaria mora automática, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial. Os serviços foram integralmente concluídos e aceitos em 20 de maio de 2014. A contratada permaneceu inerte e somente ajuizou ação de cobrança em 15 de agosto de 2021. Em contestação, Renato alegou prescrição. Sustentou a autora que o prazo prescricional deveria ser contado da data em que decidiu judicializar a controvérsia, pois até então buscava solução amigável.

À luz do regime jurídico da prescrição previsto no Código Civil, assinale a alternativa CORRETA.

- a) A prescrição sequer teve início, pois seu termo inicial é a constituição formal do devedor em mora, que dependeria de interpelação judicial ou extrajudicial não realizada pelo credor no caso.
- b) O prazo aplicável é o decenal, próprio das pretensões fundadas em inadimplemento contratual, de modo que a dívida permanecia exigível na data do ajuizamento da ação.
- c) A pretensão está prescrita, pois é de cinco anos o prazo de cobrança de dívida líquida constante de instrumento particular, contado do vencimento, com mora de pleno direito.
- d) O prazo é de três anos, próprio da pretensão de reparação civil, categoria que abrange o prejuízo decorrente do descumprimento de obrigação contratual com termo certo de vencimento.
- e) A tentativa de solução amigável suspende a prescrição enquanto perduram as tratativas, retomando-se a contagem do prazo apenas quando frustrada a composição entre as partes.

15ª QUESTÃO

Em contrato de fornecimento de equipamentos industriais de elevado valor, as partes estipularam cláusula penal compensatória correspondente a 80% do valor total do contrato para hipótese de inadimplemento absoluto. Sobrevindo descumprimento parcial da obrigação, consistente na entrega de apenas metade dos equipamentos, o credor ajuizou ação pleiteando o valor integral da cláusula penal, sem comprovação específica do prejuízo sofrido. O devedor sustenta que a penalidade é desproporcional e que deveria corresponder exatamente ao prejuízo comprovado.

À luz da disciplina da cláusula penal no Código Civil, assinale a alternativa CORRETA.

- a) Por ter natureza compensatória, a cláusula penal cumula-se automaticamente com as perdas e danos, cabendo ao credor exigir o valor pactuado e, além dele, a reparação integral do prejuízo.
- b) A exigibilidade da cláusula penal depende da demonstração do dano efetivamente suportado, servindo o valor pactuado apenas como limite máximo da indenização a ser apurada.
- c) O valor da penalidade pode ultrapassar o da obrigação principal, pois o limite legal cede à autonomia privada quando a cláusula é livremente pactuada entre partes empresariais.
- d) A cláusula penal compensatória é exigível sem que o credor alegue qualquer prejuízo e substitui as perdas e danos, devendo o juiz reduzi-la equitativamente diante do cumprimento parcial.
- e) A redução equitativa da penalidade depende de pedido expresso do devedor, sendo vedado ao juiz promovê-la de ofício, sob pena de julgamento fora dos limites da demanda.

16ª QUESTÃO

Cláudia e Henrique conviveram publicamente por doze anos, com estabilidade e intenção de constituir família, sem jamais celebrar contrato escrito sobre suas relações patrimoniais. Durante a convivência foram adquiridos dois imóveis, ambos registrados exclusivamente em nome de Henrique: o primeiro, pago com a remuneração que ele auferia de seu trabalho; o segundo, cujo preço foi integral e exclusivamente pago com o produto da venda de um apartamento que Henrique havia recebido por herança de seu pai antes do início da convivência. Dissolvida a união, Cláudia pleiteia a partilha dos dois imóveis. Henrique sustenta que nenhum deles se comunica, por terem sido adquiridos com recursos exclusivamente seus.

Com base exclusivamente nas regras do Código Civil sobre união estável e comunhão parcial de bens, assinale a alternativa CORRETA.

- a) Nenhum dos imóveis se comunica, pois os proventos do trabalho e os bens recebidos por sucessão estão excluídos da comunhão, exclusão que alcança também os bens com eles adquiridos na convivência.
- b) Comunica-se o imóvel adquirido com a remuneração do trabalho de Henrique, por ser aquisição onerosa na constância; não se comunica o comprado com o produto do bem herdado, por sub-rogação.
- c) Ambos se comunicam, pois a aquisição a título oneroso na constância da convivência faz entrar na comunhão todo bem então adquirido, qualquer que seja a origem dos recursos nela empregados.
- d) Comunica-se apenas o imóvel comprado com o produto do bem herdado, pois a herança recebida antes da união ingressa no patrimônio comum quando convertida em nova aquisição onerosa.
- e) A partilha de cada imóvel depende da prova de contribuição financeira de Cláudia na respectiva aquisição, sem a qual os dois bens permanecem no patrimônio exclusivo de Henrique.

17ª QUESTÃO

Durante abordagem realizada por empregado de empresa privada de segurança, este, no desempenho de suas atribuições, agiu com imprudência e causou lesão grave a terceiro. Restou comprovado que o empregado estava devidamente contratado e que a conduta lesiva ocorreu no contexto da atividade para a qual fora designado. A vítima ajuizou ação indenizatória exclusivamente contra a empresa, alegando responsabilidade pelo fato do empregado.

Com fundamento na disciplina da responsabilidade civil no Código Civil, assinale a alternativa CORRETA.

- a) A responsabilidade do empregador é subjetiva e pressupõe a demonstração de culpa *in eligendo* ou *in vigilando*, cabendo à vítima provar a falha na escolha ou na fiscalização do empregado.
- b) O empregador responde pelos atos praticados por seus empregados, serviços e prepostos no exercício do trabalho que lhes competir, ou em razão dele, ainda que não haja culpa de sua parte.
- c) O empregador só pode ser demandado depois de reconhecida judicialmente a responsabilidade do empregado, pois sua obrigação de indenizar pressupõe a prévia definição judicial da conduta culposa praticada pelo preposto no caso concreto.
- d) A responsabilidade da empresa é subsidiária, respondendo ela apenas pelo que não for satisfeito pelo empregado, cujo patrimônio deve ser previamente executado pela vítima.
- e) A empresa só responde se houver concorrido diretamente para o evento, por ordem ou determinação dirigida ao preposto, não bastando que a lesão tenha ocorrido durante a jornada de trabalho.

18ª QUESTÃO

Renato teve sua imagem utilizada, sem autorização, em campanha publicitária de grande alcance, sendo associado a produto com o qual jamais manteve qualquer vínculo. Sustentou que a divulgação afetou sua reputação profissional e sua esfera moral, requerendo judicialmente a cessação do uso indevido e indenização pelos danos suportados. A empresa responsável alegou que a imagem fora captada em evento público e que, por isso, sua utilização seria livre, não havendo ilicitude.

À luz da disciplina dos direitos da personalidade prevista no Código Civil, assinale a alternativa CORRETA.

- a) O direito de imagem protege a honra subjetiva do titular, razão pela qual sua violação só se configura quando a divulgação atinge a reputação da pessoa perante terceiros.
- b) A presença voluntária em evento aberto ao público autoriza a utilização posterior das fotografias ali captadas em campanha publicitária, ainda que não tenha havido consentimento específico do retratado para essa finalidade.
- c) A tutela dos direitos da personalidade opera apenas de forma repressiva, resolvendo-se em reparação pecuniária posterior, sem que caiba ordem judicial para fazer cessar a divulgação.
- d) No uso publicitário não autorizado da imagem, o titular pode exigir a cessação da lesão e reclamar perdas e danos, qualquer que tenha sido o local da captação da fotografia.
- e) A indenização pressupõe a comprovação de prejuízo material, pois o dano moral não se presume e exige a demonstração do abalo concretamente suportado pelo titular da imagem.

19ª QUESTÃO

Marcelo e Patrícia casaram-se sob o regime da separação convencional de bens, estipulada em pacto antenupcial que nada dispôs sobre a alienação de imóveis nem sobre as despesas do casal. Durante o casamento, Marcelo alienou a terceiro, sem anuência de Patrícia, imóvel de sua exclusiva propriedade. No mesmo período, deixou de concorrer para as despesas domésticas, sustentando que o regime adotado o desobrigaria de qualquer contribuição, uma vez que Patrícia possui rendimentos próprios. Discute-se, então, a validade da alienação e a subsistência do dever de contribuir para a manutenção do lar.

À luz da disciplina do regime da separação de bens no Código Civil, assinale a alternativa CORRETA.

- a) A contribuição para as despesas do casal é devida em partes rigorosamente iguais, qualquer que seja o rendimento de cada cônjuge, por decorrer do dever recíproco de mútua assistência entre eles.
- b) A alienação é anulável por falta de outorga conjugal, exigida pelo Código Civil para alienar bens imóveis qualquer que seja o regime de bens adotado pelos cônjuges no pacto antenupcial por eles celebrado.
- c) A alienação é válida e, pela mesma razão, o regime da separação exonera os cônjuges de concorrer para as despesas do casal, que recaem sobre quem as assumiu.
- d) A alienação é válida, pois na separação absoluta a dispensa legal da outorga não depende de cláusula específica no pacto; a contribuição para as despesas permanece devida na proporção dos rendimentos.
- e) A validade da alienação depende de o pacto antenupcial haver dispensado expressamente a outorga conjugal, sem o que incide a regra geral da anuência do outro cônjuge para alienar bens imóveis.

20ª QUESTÃO

Lucas, já maior de idade e sem atividade remunerada, celebrou com o pai acordo escrito pelo qual, mediante o pagamento de quantia certa, declarou expressamente renunciar a alimentos futuros. Dois anos depois, exauridos os recursos com sua manutenção e com os custos do curso superior que frequenta, Lucas ajuizou ação de alimentos contra o genitor. Em defesa, o pai invocou a renúncia formalizada no acordo e sustentou que a maioridade já havia extinguido qualquer obrigação alimentar.

Com base exclusivamente nas regras do Código Civil relativas à obrigação alimentar, assinale a alternativa CORRETA.

- a) O valor recebido no acordo deve ser compensado com as prestações futuras que vierem a ser fixadas, pois o crédito alimentar admite compensação como qualquer crédito civil.
- b) A renúncia é válida, por se tratar de direito patrimonial disponível do filho já maior de idade, e opera quitação que impede qualquer nova pretensão alimentar deduzida contra o genitor em juízo.
- c) Permitida a renúncia, os alimentos limitam-se ao indispensável à subsistência, pois a necessidade do alimentando resultou de sua própria conduta ao exaurir a quantia que havia recebido.
- d) A maioridade fez cessar o dever alimentar, e a quantia paga no acordo consumou a exoneração, sendo a irrenunciabilidade restrita aos alimentos devidos entre cônjuges e companheiros.
- e) É vedada a renúncia ao direito a alimentos, de modo que o acordo não impede novo pedido, devidos os alimentos se demonstradas a necessidade do filho e a possibilidade do genitor.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

21ª QUESTÃO

A petição inicial é considerada a peça processual formal que origina uma ação judicial, também responsável pela provocação do Estado-Juiz. Tal instrumento possui requisitos expressamente previstos no artigo 319 e 320 do Código de Processo Civil. Nesse sentido, marque a alternativa CORRETA.

- a) A petição inicial será instruída com os documentos indispensáveis à propositura da ação.
- b) Não é obrigatório que o autor manifeste na petição inicial a opção pela realização ou não de audiência de conciliação ou de mediação.
- c) A informação do endereço eletrônico é dispensável na qualificação das partes.
- d) A petição inicial será sempre indeferida pelo não atendimento à previsão da qualificação das partes no petitório inaugural.
- e) Caso não disponha das informações referentes à qualificação das partes, não poderá o autor, na petição inicial, requerer ao juiz diligências necessárias a sua obtenção.

22ª QUESTÃO

Tanto no caso de condenação em quantia certa, ou já fixada em liquidação, quanto no caso de decisão sobre parcela incontroversa, o cumprimento definitivo da sentença far-se-á a requerimento do exequente, sendo o executado intimado para pagar o débito, no prazo de:

- a) 10 (dez) dias, acrescido de custas, se houver.
- b) 05 (cinco) dias, acrescido de custas, se houver.
- c) 30 (trinta) dias, acrescido de custas, se houver.
- d) 15 (quinze) dias, acrescido de custas, se houver.
- e) 20 (vinte) dias, acrescido de custas, se houver.

23ª QUESTÃO

De acordo com as regras de competência previstas no Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/2015), marque a alternativa CORRETA.

- a) A competência determinada em razão da matéria, da pessoa ou da função é derogável por convenção das partes.
- b) O foro de domicílio do autor da herança, no Brasil, é o competente para o inventário, a partilha, a arrecadação, o cumprimento de disposições de última vontade, a impugnação ou anulação de partilha extrajudicial e para todas as ações em que o espólio for réu, ainda que o óbito tenha ocorrido no estrangeiro.
- c) A ação fundada em direito pessoal ou em direito real sobre bens móveis será proposta, em regra, no foro de domicílio do autor.
- d) A ação principal será proposta no juízo competente para a ação acessória.
- e) O ajuizamento de ação em juízo aleatório, entendido como aquele sem vinculação com o domicílio ou a residência das partes ou com o negócio jurídico discutido na demanda, constitui prática permitida e que justifica a prevenção da competência de ofício.

24ª QUESTÃO

O réu pode exercer o seu direito de defesa no processo civil, primordialmente, por meio da contestação, peça de resposta à pretensão autoral, na qual se concentram todas as matérias de defesa (processuais e materiais). Nesse sentido, considerando os dispositivos legais pertinentes e, constantes no Código de Processo Civil, é CORRETO afirmar que:

- a) o ônus da impugnação especificada dos fatos se aplica ao defensor público, ao advogado dativo e ao curador especial.
- b) alegando o réu, na contestação, ser parte ilegítima ou não ser o responsável pelo prejuízo invocado, o juiz facultará ao autor, em 15 (quinze) dias, a alteração da petição inicial para substituição do réu.
- c) incumbe ao autor alegar, na contestação, toda a matéria de defesa, expondo as razões de fato e de direito com que impugna o pedido do autor e especificando as provas que pretende produzir.
- d) o revel não poderá intervir no processo em qualquer fase e o receberá no estado em que se encontrar.
- e) o réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 10 (dez) dias.

25ª QUESTÃO

A principal característica finalística da tutela de urgência é a busca pela mitigação dos riscos da demora processual, através de uma cognição sumária e não definitiva. Trata-se de um importante instrumento que permite ao Estado-Juiz antecipar os efeitos da decisão final ou de assegurar um direito quando houver urgência. Desta maneira, com base nas previsões normativas previstas no Código de Processo Civil, assinale a alternativa CORRETA.

- a) A tutela de urgência não pode ser concedida liminarmente ou após justificação prévia.
- b) A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e a ausência do perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.
- c) A tutela de urgência de natureza cautelar pode ser efetivada mediante arresto, sequestro, arrolamento de bens, registro de protesto contra alienação de bem e qualquer outra medida idônea para assecuração do direito.
- d) A tutela de urgência de natureza antecipada será concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão.
- e) Para a concessão da tutela de urgência, o juiz pode, conforme o caso, exigir caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer, mas a caução não pode ser dispensada, ainda que a parte seja economicamente hipossuficiente e não puder oferecê-la.

26ª QUESTÃO

A fase de conhecimento de um processo civil é encerrada através de uma sentença, instrumento que pode (ou não) resolver o mérito da ação proposta. Marque a alternativa que trata CORRETAMENTE de uma hipótese de sentença extintiva com resolução do mérito.

- a) Verificar ausência de legitimidade ou de interesse processual.
- b) Homologar a desistência da ação.
- c) Reconhecer a existência de coisa julgada.
- d) Acolher a alegação de existência de convenção de arbitragem.
- e) Homologar a transação.

27ª QUESTÃO

O instituto processual da coisa julgada reflete a imutabilidade e a indiscutibilidade do pronunciamento judicial, contra o qual não pode mais haver interposição de recursos. Trata-se de matéria que permeia a segurança jurídica e o escopo social da prestação da tutela jurisdicional, qual seja, a pacificação social. Quanto às previsões normatizadas no Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/2015), acerca do instituto da coisa julgada, marque a alternativa CORRETA.

- a) A decisão que julgar total ou parcialmente o mérito não tem força de lei nos limites da questão principal expressamente decidida.
- b) É vedado à parte discutir no curso do processo as questões já decididas a cujo respeito se operou a preclusão.
- c) Os motivos fazem coisa julgada, pois são importantes para determinar o alcance da parte dispositiva da sentença.
- d) A verdade dos fatos, estabelecida como fundamento da sentença, faz coisa julgada.
- e) A sentença faz coisa julgada às partes entre as quais é dada, inclusive, podendo prejudicar terceiros.

28ª QUESTÃO

O meio de prova testemunhal está previsto no Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/2015), em seus artigos 442 a 463, caracterizando-se, em regra, por ser um meio de prova oral, geral e subsidiária à documental/pericial. Considerando as nuances legais aplicáveis à prova testemunhal, marque a alternativa CORRETA.

- a) É ilícito à parte provar com testemunhas, nos contratos em geral, os vícios de consentimento.
- b) É ilícito à parte provar com testemunhas, nos contratos simulados, a divergência entre a vontade real e a vontade declarada.
- c) O juiz deferirá a inquirição de testemunhas sobre fatos que só por documento ou por exame pericial puderem ser provados.
- d) Podem depor como testemunhas todas as pessoas, inclusive as incapazes, impedidas ou suspeitas.
- e) Nos casos expressamente previstos em lei, admite-se a prova testemunhal quando o credor não pode ou não podia, moral ou materialmente, obter a prova escrita da obrigação.

29ª QUESTÃO

A prova documental normatizada no Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/2015) tem como principal finalidade demonstrar a verdade durante o processamento dos autos. Suas variáveis incluem documentos públicos, particulares, *e-mails*, fotos, mensagens por meios diversos, dentre outros. Segundo a força probante dos documentos públicos e particulares, previstos no Código de Processo Civil, marque a alternativa CORRETA.

- a) Quando a lei exigir instrumento público como da substância do ato, nenhuma outra prova, por mais especial que seja, pode suprir-lhe a falta.
- b) O documento feito por oficial público incompetente ou sem a observância das formalidades legais, sendo subscrito pelas partes, não tem a mesma eficácia probatória do documento particular.
- c) O documento público faz prova não só da sua formação, mas também dos fatos que o escrivão, o chefe de secretaria, o tabelião ou o servidor declarar que ocorreram em sua ausência.
- d) O documento particular de cuja autenticidade se duvida, prova que o seu autor fez a declaração que lhe é atribuída.
- e) A data do documento particular, quando a seu respeito surgir dúvida ou impugnação entre os litigantes, admitir-se-á apenas a prova pericial.

30ª QUESTÃO

A impugnação ao cumprimento de sentença é defesa técnica do devedor e está prevista no art. 525 e seguintes do Código de Processo Civil. É bastante utilizada para questionar vícios na fase executiva. Quanto à referida impugnação, assinale a alternativa CORRETA.

- a) A apresentação de impugnação não impede a prática dos atos executivos, inclusive os de expropriação, podendo o juiz, a requerimento do executado e desde que garantido o juízo com penhora, caução ou depósito suficientes, atribuir-lhe efeito suspensivo, se seus fundamentos forem relevantes e se o prosseguimento da execução for manifestamente suscetível de causar ao executado grave dano de difícil ou incerta reparação.
- b) Quando o efeito suspensivo atribuído à impugnação disser respeito apenas à parte do objeto da execução, esta não prosseguirá quanto à parte restante.
- c) A concessão de efeito suspensivo à impugnação deduzida por um dos executados suspenderá a execução contra os que não impugnaram, quando o respectivo fundamento disser respeito exclusivamente ao impugnante.
- d) Ainda que atribuído efeito suspensivo à impugnação, é ilícito ao exequente requerer o prosseguimento da execução, oferecendo e prestando, nos próprios autos, caução suficiente e idônea a ser arbitrada pelo juiz.
- e) Quando o executado alegar que o exequente, em excesso de execução, pleiteia quantia inferior à resultante da sentença, cumprir-lhe-á declarar de imediato o valor que entende correto, mas não há a necessidade de apresentar demonstrativo discriminado e atualizado de seu cálculo.

DIREITO PENAL

31ª QUESTÃO

Michel Foucault, em sua célebre obra *Vigiar e Punir*, descreve que: “Desaparece, destarte, em princípios do século XIX, o grande espetáculo da punição física: o corpo supliciado é escamoteado; exclui-se do castigo a encenação da dor. Penetramos na época da sobriedade punitiva”.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: história do nascimento da prisão*. 34. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 14.

A evolução na aplicação da pena a que se refere Foucault pode ser relacionada ao Princípio da:

- a) Insignificância, pois a pena aplicada não pode ser insignificante diante da gravidade do delito cometido.
- b) Legalidade, pois a punição física somente poderia ser aplicada mediante prévia cominação legal, independentemente de sua natureza ou intensidade.
- c) Humanidade da pena, pois o castigo passa de uma arte das sensações insuportáveis a uma economia dos direitos suspensos.
- d) Anterioridade, pois a pena aplicada ao réu deve ter sido cominada em lei anterior à prática do fato criminoso, garantindo segurança jurídica ao cidadão.
- e) Humanidade da pena, que autoriza a manutenção de penas corporais desde que aplicadas sem espetacularização pública e com previsão legal expressa.

32ª QUESTÃO

O Supremo Tribunal Federal consolidou quatro vetores cumulativos para a configuração do Princípio da Insignificância. Assinale a alternativa que os apresenta CORRETAMENTE.

- a) A mínima ofensividade da conduta do agente; a ausência de periculosidade social da ação; a situação de vulnerabilidade socioeconômica do agente; e a inexpressividade da lesão jurídica causada.
- b) A ausência de ofensividade da conduta do agente; a mínima periculosidade social da ação; o reduzido grau de reprovabilidade do comportamento; e a inexpressividade da lesão jurídica causada.
- c) A mínima ofensividade da conduta do agente; a ausência de periculosidade social da ação; o reduzido grau de reprovabilidade do comportamento; e a inexpressividade da lesão jurídica causada.
- d) A mínima ofensividade da conduta do agente; a ausência de periculosidade social da ação; o reduzido grau de reprovabilidade do comportamento; e a inexpressividade do bem jurídico protegido.
- e) A ausência de ofensividade da conduta do agente; a mínima periculosidade social da ação; a situação de vulnerabilidade socioeconômica do agente; e a inexpressividade do bem jurídico protegido.

33ª QUESTÃO

Pelo critério analítico, o conceito de crime é construído a partir da identificação dos elementos que compõem a estrutura do delito. Acerca das posições doutrinárias existentes sobre esse critério, assinale a alternativa CORRETA.

- a) A posição bipartida é a mais aceita pela doutrina, sustentando que o crime é composto por dois elementos: fato típico e culpabilidade, sendo a ilicitude pressuposto da pena.
- b) A posição tripartite é a mais aceita pela doutrina brasileira, sustentando que o crime é composto por três elementos: fato típico, ilicitude e culpabilidade.
- c) A posição tripartite sustenta que o crime é composto por três elementos: fato típico, ilicitude e punibilidade, sendo esta última a condição de aplicabilidade da sanção penal.
- d) A posição bipartida, majoritária na doutrina, sustenta que o crime é composto por fato típico e ilicitude, sendo a culpabilidade um dos elementos estruturais do delito.
- e) A posição quadripartite, amplamente dominante na doutrina, sustenta que o crime é composto por fato típico, ilicitude, culpabilidade e punibilidade como elementos de igual hierarquia.

34ª QUESTÃO

Assinale a alternativa que descreve uma causa excludente de ilicitude supralegal.

- a) Estado de necessidade.
- b) Consentimento do ofendido.
- c) Legítima defesa.
- d) Estrito cumprimento do dever legal.
- e) Exercício regular do direito.

35ª QUESTÃO

Considerando a doutrina majoritária sobre as fases e etapas do *iter criminis*, analise os itens a seguir:

- I- A consumação é uma etapa da fase interna.
- II- A execução é uma etapa da fase externa.
- III- A preparação é uma etapa da fase interna.
- IV- A cogitação é uma etapa da fase interna.

É CORRETO o que se afirma apenas em:

- a) I e IV.
- b) I e III.
- c) I, II e III.
- d) II e IV.
- e) II, III e IV.

36ª QUESTÃO

Acerca do *iter criminis* e das categorias de crimes quanto à sua estrutura, assinale a alternativa que indica uma espécie de crime que admite a forma tentada.

- a) Crimes habituais.
- b) Crimes unissubsistentes.
- c) Crimes preterdolosos.
- d) Crimes omissivos próprios.
- e) Crimes omissivos impróprios.

37ª QUESTÃO

Sobre as causas extintivas da punibilidade, assinale a alternativa CORRETA.

- a) A decadência é a perda do direito de queixa ou de representação em face da inércia de seu titular durante o prazo legalmente previsto, aplicando-se a todas as espécies de ação penal.
- b) Perempção é a perda do direito de prosseguir na ação penal, acarretando a extinção da punibilidade em razão da inércia processual do querelante, e se aplica tanto à ação penal privada exclusiva quanto à ação penal privada subsidiária da pública.
- c) Nos crimes contra a dignidade sexual de crianças e adolescentes, a prescrição da pretensão punitiva tem como marco inicial a data em que a vítima completa 18 (dezoito) anos, salvo se, até esse momento, já houver sido proposta ação penal.
- d) A prescrição é a perda da pretensão punitiva ou da pretensão executória em face da inércia do Estado durante determinado tempo legalmente previsto, aplicando-se a todas as espécies de ação penal e a todas as infrações penais.
- e) Nos crimes tentados, a prescrição da pretensão punitiva tem como marco inicial a data em que foi praticado o primeiro ato executório do crime.

38ª QUESTÃO

No âmbito do enfrentamento da violência contra a mulher, com o apoio do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), foi instituído o Fórum Nacional de Juízas e Juizes de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (FONAVID), órgão que conduz permanentemente o debate da magistratura sobre o tema e incentiva a uniformização de procedimentos nas Varas Especializadas em Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. Analise os itens a seguir sobre o entendimento consolidado do FONAVID acerca da aplicação da Lei Maria da Penha:

- I- Para a incidência da Lei Maria da Penha, não importa o período de relacionamento entre a mulher em situação de violência e a pessoa autora de violências, nem o tempo decorrido desde o seu rompimento, bastando que reste comprovado que a violência decorreu da relação de afeto.
- II- A prova do dano emocional no crime de violência psicológica contra a mulher, previsto no art. 147-B do Código Penal, deve ser realizada necessariamente por meio de exame pericial, não sendo suficientes a palavra da vítima e outros meios de prova.
- III- A configuração da materialidade do crime de lesão à saúde mental previsto no art. 129 do Código Penal dependerá de perícia psicológica ou psiquiátrica, que deverá ser realizada com perspectiva de gênero.

É CORRETO o que se afirma apenas em:

- a) I e II.
- b) I.
- c) III.
- d) I e III.
- e) II.

39ª QUESTÃO

O Código Penal tipifica como roubo subtrair coisa alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência à pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência. Acerca das majorantes do referido tipo penal, a pena aumenta-se de:

- a) 1/3 (um terço) até metade se há o concurso de duas ou mais pessoas.
- b) 1/3 (um terço) até metade se a violência ou ameaça é exercida com emprego de arma de fogo.
- c) 1/3 (um terço) até metade se há destruição ou rompimento de obstáculo mediante emprego de explosivo ou artefato análogo que cause perigo comum.
- d) 2/3 (dois terços) se da violência resulta lesão corporal grave.
- e) 2/3 (dois terços) se da violência resulta morte.

40ª QUESTÃO

Caio, funcionário público que exerce a função de oficial de justiça, realiza a apreensão de um automóvel cujo modelo era desejado por sua amante. Para atender ao desejo dela, desvia o bem, sob o pretexto de que o veículo havia sido furtado após a apreensão, e o destina ao uso de sua amante. Neste caso, é CORRETO afirmar que a conduta de Caio se enquadra no crime de:

- a) corrupção.
- b) furto qualificado.
- c) roubo.
- d) peculato.
- e) desobediência.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

41ª QUESTÃO

Com fundamento nas disposições do Código de Processo Penal, com as alterações da Lei nº 13.964/19, e no entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal na ADI nº 6.298/DF, da relatoria do Ministro Luiz Fux, é CORRETO afirmar que a competência do juiz das garantias cessa com:

- a) o recebimento da denúncia ou queixa na forma do art. 399 do Código de Processo Penal.
- b) o oferecimento da denúncia pelo Ministério Público.
- c) a conclusão das investigações policiais e a remessa dos autos ao Ministério Público.
- d) a citação do acusado para apresentar resposta à acusação.
- e) a audiência de instrução e julgamento.

42ª QUESTÃO

Sobre o instituto da prisão temporária, considerando o disposto na Lei nº 7.960/1989 e o entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal nas ADIs 3.360 e 4.109, assinale a alternativa CORRETA.

- a) A prisão temporária pode ser decretada a qualquer momento do inquérito policial ou do processo penal, desde que cumpridos os requisitos do art. 1º da Lei nº 7.960/1989.
- b) É essencial que a prisão seja imprescindível para as investigações do inquérito policial e que o delito se enquadre em um dos tipos previstos no inciso III do art. 1º da Lei nº 7.960/1989.
- c) Para a decretação da medida, basta a comprovação de que o indiciado não possui residência fixa e incorreu em qualquer dos tipos previstos no inciso III do art. 1º da Lei nº 7.960/1989, sendo dispensável a comprovação de sua imprescindibilidade para a investigação criminal.
- d) Segundo o STF, a prisão temporária, caso seja necessária à continuidade do inquérito policial, pode ser decretada mesmo quando se mostre suficiente a imposição de medidas cautelares diversas da prisão.
- e) A prisão temporária pode ser decretada para a garantia da ordem pública ou econômica, independentemente da necessidade instrutória.

43ª QUESTÃO

Nos termos previstos no Código de Processo Penal (CPP) e acerca da audiência de custódia, marque a alternativa CORRETA.

- a) O juiz deverá remeter os autos imediatamente ao tribunal do júri para julgamento, caso se trate de crime doloso contra a vida.
- b) Nos termos do art. 310 do CPP, a audiência de custódia deverá ser realizada no prazo máximo de 48 horas da realização da prisão em flagrante.
- c) O juiz poderá converter a prisão em flagrante em prisão temporária, caso identifique estarem presentes os requisitos da Lei nº 7.960/89.
- d) O juiz poderá conceder liberdade provisória, apenas na modalidade com fiança.
- e) Na audiência de custódia, o juiz poderá converter a prisão em flagrante em prisão preventiva, quando presentes os requisitos do art. 312 do CPP.

44ª QUESTÃO

Durante uma operação policial, a autoridade policial obtém uma confissão do suspeito mediante tortura. A partir dessa confissão, a autoridade localiza diversos documentos que comprovam a existência de esquema criminoso de corrupção passiva em município do sertão paraibano. Considerando os elementos acima, é CORRETO afirmar que:

- a) a apreciação da prova derivada poderá ser feita livremente pelo magistrado, sob a condição de que a confissão viciada seja previamente excluída da ação penal.
- b) a prova derivada é lícita por aplicação direta do princípio da proporcionalidade *pro societate*, dada a gravidade do crime contra a Administração Pública.
- c) a apreensão dos documentos é legítima, uma vez que constitui prova material autônoma, imune à contaminação por vício da prova oral.
- d) a prova documental constitui prova ilícita por derivação e deve ser desentranhada dos autos, salvo se demonstrado que ela seria obtida, de qualquer forma, por uma fonte independente.
- e) a invalidade da confissão só prejudicará a apreensão na hipótese de inexistirem outras testemunhas que tenham presenciado o delito.

45ª QUESTÃO

Ao proferir uma sentença condenatória, o magistrado fundamentou sua decisão exclusivamente em elementos informativos colhidos durante a fase do inquérito policial. Nos termos do art. 155 do Código de Processo Penal, a referida sentença é:

- a) anulável, condicionada à demonstração de efetivo prejuízo ao direito de defesa, requisito essencial para a desconstituição da sentença.
- b) válida, em virtude de prevalecer o princípio do livre convencimento motivado (ou persuasão racional), contanto que a sentença apresente a devida fundamentação.
- c) nula, devido ao fato de o magistrado se encontrar vinculado ao sistema da prova tarifada no âmbito do processo penal nacional.
- d) válida, condicionada à circunstância de o órgão do Ministério Público ter supervisionado a coleta de tais elementos durante a etapa de inquérito.
- e) nula, visto que o magistrado é impedido de fundamentar sua decisão exclusivamente em elementos informativos colhidos na fase de inquérito policial, ressalvadas as provas cautelares, não repetíveis e antecipadas.

46ª QUESTÃO

A respeito da prova testemunhal no processo penal brasileiro, assinale a alternativa CORRETA, segundo o Código de Processo Penal.

- a) O ascendente do acusado poderá recusar-se a depor, salvo quando não for possível, por outro modo, obter-se ou integrar-se a prova do fato e de suas circunstâncias.
- b) A testemunha não poderá eximir-se ou recusar-se a depor em nenhuma hipótese, sob pena de cometer crime de falso testemunho.
- c) O ofendido será contabilizado no número máximo de testemunhas permitidas para a acusação.
- d) As testemunhas arroladas pela defesa deverão ser ouvidas antes das testemunhas de acusação, prestigiando o princípio da ampla defesa.
- e) O juiz é absolutamente impedido de determinar, de ofício, a oitiva de testemunhas que não tenham sido arroladas pelas partes.

47ª QUESTÃO

Na determinação de competência por conexão e continência, envolvendo a competência do Tribunal do Júri e a de outro órgão da jurisdição comum para o julgamento de infrações penais conexas, o Código de Processo Penal determina expressamente que:

- a) caberá ao Tribunal de Justiça local dirimir o conflito de competência e avocar os processos se julgar conveniente.
- b) os processos deverão ser obrigatoriamente desmembrados, para não violar a competência constitucional do Júri.
- c) prevalecerá a competência do juízo singular se o crime comum conexo tiver pena abstrata mais grave que o crime contra a vida.
- d) o juiz singular julgará o crime comum e suspenderá a sentença até o veredicto do Tribunal do Júri.
- e) prevalecerá a competência do Tribunal do Júri para o julgamento de todos os crimes conexas.

48ª QUESTÃO

Um indivíduo, por meio de advogado privado, propôs queixa-crime em face de dois coautores do delito. No curso do processo, o ofendido decide conceder expressamente o perdão a apenas um deles. Conforme os preceitos do Código de Processo Penal, o perdão concedido a um dos querelados:

- a) extinguirá a punibilidade apenas do querelado perdoado, prosseguindo o feito de forma regular em relação ao coautor não perdoado.
- b) é ato processualmente inválido, uma vez que o perdão deve ser obrigatoriamente oferecido a todos os querelados de forma simultânea.
- c) aproveitará a todos os coautores, exceto aqueles que recursarem expressamente.
- d) aproveitará a todos os querelados, acarretando a extinção da punibilidade do crime independentemente de aceitação pela parte contrária.
- e) dependerá da prévia oitiva do Ministério Público para que seja homologado judicialmente, com eficácia estritamente pessoal ao beneficiário.

49ª QUESTÃO

Em relação à incidência do princípio da ampla defesa e às nulidades no processo penal, segundo a jurisprudência sumulada do Supremo Tribunal Federal, a defesa considerada apenas deficiente:

- a) gera nulidade absoluta, assim como a ausência de defesa, caso, ao final, o réu seja condenado a pena privativa de liberdade em regime inicial fechado.
- b) é causa de nulidade relativa, desde que exista prova de efetivo prejuízo para o réu.
- c) configura mera irregularidade processual, sanável a qualquer tempo, desde que antes do trânsito em julgado.
- d) é considerada nulidade absoluta, independentemente da demonstração de prejuízo.
- e) não acarreta a nulidade do feito, por vigorar o princípio da voluntariedade recursal e da liberdade de estratégia defensiva.

50ª QUESTÃO

Um magistrado, atuando numa vara criminal sob a égide do procedimento comum ordinário, profere decisão interlocutória que rejeita liminarmente a denúncia oferecida pelo Ministério Público, fundamentando a sua decisão na inépcia formal da peça acusatória e na ausência de justa causa. Contra esta decisão terminativa, o recurso adequado é:

- a) o recurso em sentido estrito, a ser interposto no prazo de 5 (cinco) dias.
- b) a apelação criminal, a ser interposta no prazo de 5 (cinco) dias.
- c) os embargos infringentes e de nulidade, no prazo de 10 (dez) dias.
- d) o agravo em execução, a ser interposto no prazo de 5 (cinco) dias.
- e) a correção parcial, perante o Conselho da Magistratura, em face do erro de procedimento (*error in procedendo*).